

A VARIAÇÃO NO EMPREGO DA TERMINOLOGIA ANATÔMICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Márcia dos Santos Dornelles*

Resumen: La variación es un fenómeno inherente a toda lengua natural, por lo que incide sobre las terminologías, como parte de ese sistema. La Terminología Anatómica Internacional (TAI) fue traducida al portugués por la Sociedade Brasileira de Anatomia en 2001 y tiene valor normativo. Sin embargo, ésta no se sigue estrictamente por todos los profesionales en el ámbito de la salud. El objetivo de este estudio fue describir y analizar los diferentes usos de la terminología anatómica en artículos científicos de Educación Física en comparación con la TAI. Para ello se analizaron ocho artículos en portugués de tres revistas brasileñas del área, y se listaron los términos anatómicos invariantes y variantes. Además, se verificó en el Google Académico la frecuencia de los términos variantes y de sus correspondientes normatizados en la TAI. Como fundamentación teórica, nos apoyamos en las aportaciones de la Socioterminología y de la Teoría Comunicativa de la Terminología para la descripción de la variación terminológica.

Palabras Clave: Terminología; Variación terminológica; Terminología Anatómica; Educación física.

Resumo: A variação é um fenômeno inerente a toda língua natural, portanto ela afeta as terminologias, como parte desse sistema. A Terminologia Anatômica Internacional (TAI) foi traduzida para o português pela Sociedade Brasileira de Anatomia em 2001 e tem valor normativo. No entanto, ela não é seguida estritamente por todos os profissionais da área da Saúde. O objetivo deste estudo foi descrever e analisar os diferentes usos da terminologia anatómica em artigos científicos de Educação Física comparados com a TAI. Para tanto, foram analisados oito artigos em português de três revistas brasileiras desta área, e foram listados os termos anatómicos invariantes e os variantes. Adicionalmente, verificou-se no Google Acadêmico a frequência dos termos variantes e dos seus correspondentes normatizados na TAI. Como fundamentação teórica, apoiamos-nos nas contribuições da Socioterminologia e da Teoria Comunicativa da Terminologia para a descrição da variação terminológica.

Palavras-Chave: Terminologia; Variação terminológica; Terminologia Anatômica; Educação física.

ABSTRACT: Variation is a phenomenon inherent in any natural language, thus it affects the terminologies as part of this system. The International Anatomical Terminology (IAT) was translated into Portuguese by the Brazilian Society of Anatomy in 2001 and has normative value. However, the IAT is not strictly followed by all health professionals. This study aims at describing and analyzing the different uses of anatomical terminology in scientific articles in the field of Physical Education, compared with the IAT. Eight articles in three Brazilian periodicals of this subarea are analyzed, and the anatomical terms found are listed. Additionally, the frequency of the variant terms and their equivalents in the TAI is verified in Google Scholar. As a theoretical basis, we rely on the contributions of Socioterminology and Communicative Theory of Terminology to the approach of terminological variation.

KEYWORDS: Terminology; Terminological variation; Anatomical terminology; Physical Education.

Cómo citar este artículo: SANTOS DORNELLES, Márcia dos. A variação no emprego da terminologia anatômica no âmbito da educação física: um estudo exploratório. *Debate Terminológico*. No. 12, Dic. 2014; pp. 3-20

Variação e terminologia não se confrontam na abordagem atual. Pelo contrário, defendemos que a terminologia é passível de variação porque faz parte da língua, porque é heterogênea por natureza, e porque é de uso social.

Enilde Faulstich

1. Introdução

De acordo com as correntes terminológicas de base linguística, a linguagem especializada não constitui uma linguagem artificial, à parte do sistema da língua; dessa forma o termo nada mais é do que um signo linguístico que adquire estatuto terminológico num contexto especializado, segundo critérios semânticos, discursivos e pragmáticos. Nessa perspectiva, os termos comportam toda gama de fenômenos observados nas línguas naturais, dentre eles a variação (Cabré, 1999a; 1999b; Faulstich, 2001; Krieger;

* Mestranda em Letras (Teorias Linguísticas do Léxico) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; servidora técnico-administrativa da Escola de Educação Física da mesma Universidade; especialista em Estudos Linguísticos do Texto também pela UFRGS; marcia@esef.ufrgs.br.

Finatto, 2004; Almeida, 2010). É desse princípio que partimos, neste estudo, para investigar os usos da terminologia anatômica em artigos científicos no âmbito da Educação Física.

A Educação Física, uma das áreas da grande área das Ciências da Saúde, emprega termos da Anatomia para referir músculos, ossos, articulações, ligamentos, tendões, entre outras estruturas do corpo humano. Os termos utilizados por profissionais e estudantes dessa área, todavia, nem sempre estão de acordo com a Terminologia Anatômica Internacional¹ atual. A *Terminologia Anatomica: International Anatomical Terminology* publicada em latim em 1998 pela então Federative Committee on Anatomical Terminology (FCAT) foi traduzida para o português pela Comissão de Terminologia Anatômica (CTA) da Sociedade Brasileira de Anatomia (SBA), com o título *Terminologia Anatômica: Terminologia Anatômica Internacional (TAI)*. Essa tradução foi adotada pela antiga International Federation of Anatomical Associations (IFAA) e publicada no Brasil em 2001. Ela “substitui e invalida todas as listas anteriores” (TAI, 2001). Essa terminologia tem, pois, caráter oficial e, conseqüentemente, valor normativo.

No entanto, observamos, a partir de nossa experiência tradutória no âmbito da Educação Física, que muitos profissionais e estudantes brasileiros dessa área, e da área da Saúde em geral, não seguem totalmente a TAI em seus textos. Não se conhecem, nem é o intuito deste trabalho investigar, os motivos para tal “desobediência”. Importa reconhecer que a variação é um fenômeno inerente a toda língua natural; portanto, ela afeta as terminologias, como parte desse sistema. Partindo desse pressuposto, este estudo tem o objetivo de descrever e analisar os diferentes usos da terminologia anatômica em artigos científicos da área de Educação Física comparados com a TAI. Como fundamentação teórica, apoiamos nos aportes, entre si complementares, da Socioterminologia e da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

O *corpus* de análise é constituído de oito artigos escritos em português brasileiro selecionados de três periódicos *eletrônicos* de grande reconhecimento na área de Educação Física: *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*; *Motriz: Revista de Educação Física (UNESP)*; e *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*. Os artigos foram selecionados a partir da busca da palavra *músculo* nas páginas de busca desses periódicos; no entanto, são descritas as ocorrências de termos anatômicos de diferentes estruturas do corpo humano. Esse nodo de busca foi escolhido porque o desenvolvimento da força muscular é um dos principais focos de trabalho dos profissionais e pesquisadores da área de Educação Física, e por isso mesmo os termos que designam músculos são mais recorrentes em seus artigos científicos do que as demais estruturas do corpo humano. Outro motivo foi nosso interesse em incluir especificamente esses termos em um glossário da subárea de Treinamento de Força para tradutores. Um protótipo desse glossário está sendo construído como produto de nossa dissertação de mestrado.

A busca e a coleta dos termos anatômicos utilizados em português nesses artigos são feitas mediante a leitura dos textos a olho nu, sem a ajuda de qualquer programa computacional. Em seguida, os termos são comparados com aqueles constantes na TAI para verificar se houve ou não variação. Adicionalmente, é feita uma busca no Google Acadêmico de cada termo variante encontrado e do seu correspondente normatizado na TAI, para comparar-lhes o número de ocorrências nos últimos dez anos.

A partir deste ponto, este artigo está organizado nas seguintes seções: 2. um pequeno relato da história e da missão da SBA; 3. a apresentação da edição brasileira da TAI; 4. a título de ilustração, uma mostra da recepção da tradução brasileira da TAI por usuários da área médica a partir de textos publicados sobre o tema; 5. uma abordagem contrastiva das noções de normalização e normatização terminológicas; 6. uma revisão sobre alguns tipos e causas de variação terminológica; 7. o repertório e a análise dos termos extraídos dos oito artigos de Educação Física, em comparação com a TAI; e 8. as considerações finais.

¹ Com exceção deste nome próprio, que designa o título de um produto terminográfico, neste artigo Terminologia com *T* maiúsculo refere-se a campo de estudos ou disciplina, e terminologia com *t* minúsculo refere-se a um conjunto de termos.

2. Breve histórico da Sociedade Brasileira de Anatomia e da Comissão Brasileira de Terminologia Anatômica

A SBA foi fundada em 31 de julho de 1952 durante a 1ª Reunião Brasileira de Anatomia, ocorrida na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Esta foi sua sede até julho de 1976, quando passou a ter uma Diretoria Executiva que se renova a cada quatro anos. A SBA tem sede e foro permanente na cidade de São Paulo. Hoje, novamente, ela tem endereço na Universidade de São Paulo.

De acordo com seu estatuto disponível na página da entidade, a SBA é uma sociedade civil de caráter científico, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, que visa ao progresso da Morfologia em todos os seus ramos, de acordo com publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 04 de outubro de 1952. Tem por finalidade congrega estudiosos da área; apoiar e incentivar o desenvolvimento técnico-científico de seus associados; promover congressos, cursos e simpósios sobre assuntos relacionados à Morfologia; manter intercâmbio cultural, técnico, científico e associativo com entidades congêneres do país e do estrangeiro; conferir títulos, certificados e prêmios; entre outras atividades.

A SBA é filiada à International Federation of Association of Anatomists (IFAA), criadora da Federative International Committee on Anatomical Terminology (FICAT, antiga FCAT), e à Pan American Association of Anatomy, e possui uma Comissão Brasileira de Terminologia Anatômica (CBTA), composta por especialistas da área de Anatomia. Para conhecer um pouco da história da FICAT e dos bastidores da criação da CBTA (antes CTA), e tentar dimensionar o esforço empreendido pelas entidades de Anatomia na tentativa de padronizar a terminologia anatômica desde o século XIX, recorremos ao depoimento dos médicos Novak, Giostri e Nagai (2008: 103-104):

Desde o Século XIX vem-se tentando estabelecer oficialmente a nomenclatura para as estruturas, regiões e relações anatômicas do corpo humano. A primeira lista foi publicada em 1895, conhecida como *Basle Nomina Anatomica* (BNA). Adotada apenas por italianos, norte-americanos, latino-americanos e por anatomistas que dominavam a língua alemã, não teve seu uso difundido, possivelmente pela não inclusão de pesquisadores ingleses e franceses.

Nos anos seguintes, diversos eventos foram organizados visando difundir a terminologia, conseguindo-se, cada vez mais, maior participação e adesão. Finalmente, em 1989, após longa discussão e contando com representantes de 11 países, dos cinco continentes, inclusive o Brasil, foi criada a Federative International Committee on Anatomical Terminology (FICAT), um comitê da respeitável International Federation of Associations of Anatomists (IFAA), órgão mundial que elabora as listagens consensuais dos termos anatômicos.

Assim, coube à FICAT elaborar a versão final da *Terminologia*, tendo sido anunciada oficialmente em agosto de 1997. Essa lista foi enviada a todas as sociedades anatômicas para ser traduzida para os diversos idiomas; no Brasil, a Comissão de Terminologia Anatômica da Sociedade Brasileira de Anatomia, filiada à FICAT, realizou a tradução e, seqüencialmente, publicou a primeira edição brasileira, em 2001. [...]

Vejam agora como se apresenta a publicação da Terminologia Anatômica para o português.

3. A edição brasileira da terminologia anatômica

Nesta seção, trazemos algumas informações importantes constantes nos textos do Guia para o Leitor (segunda capa), do Prefácio (p. v), da Apresentação da Edição Brasileira (p. vi) e da quarta capa da TAI para mostrar os propósitos dessa publicação e a sua organização interna.

Damos um salto até a quarta capa, que mostra bem o público-alvo da publicação – as comunidades médicas e científicas – e o objetivo da obra: garantir a comunicação médica: “É de extrema importância que as comunidades médicas e científicas de todo o mundo utilizem o mesmo nome para cada estrutura. Portanto, a Terminologia Anatômica é fundamental para a comunicação médica”. Veja-se que, para os demais profissionais da área da Saúde, que não são médicos mas também se utilizam da TAI, só restou o enquadramento geral na “comunidade científica”. No entanto, nem todos eles se dedicam a fazer ciência no seu dia-a-dia profissional. Estariam eles “olimpicamente” (para usar um termo da Educação Física) excluídos do público-alvo da TAI? Estaria a classe médica dando mostras de corporativismo ou trata-se apenas de uma escolha mal feita de palavras? Ficam as perguntas.

O texto ainda informa que o livro é traduzido para o português por especialistas da área e traz a terminologia internacionalmente aceita para as anatomias macroscópica e topográfica humanas, inclusive a neuroanatomia. E enfatiza que esta edição da TAI, adotada pela IFAA, “substitui e invalida todas as listas anteriores”.

O Guia para o Leitor explica que a terminologia começa com uma seção de termos gerais e procede com as partes do corpo e com os termos usados para planos, linhas e regiões. O restante da terminologia está dividido em sistemas, e a ordem dos termos segue naturalmente a anatomia de cada sistema. Assim, “a própria terminologia constitui um índice, disposta em cascata clássica descendo do geral para o particular, mas seguindo a anatomia. O índice dos termos em português, porém, é híbrido e completamente adjetivado, começando com o particular.” Encontra-se aí, para um público não familiarizado com todos os sistemas do corpo, certa dificuldade para buscar e encontrar os termos. Apesar de ter sido acrescentado, no final do livro, um índice alfabético em português, “providência [que] vinha sendo solicitada há muito tempo” (segundo o então Presidente da TCA, Hécio Werneck, na Apresentação da Edição Brasileira), a dificuldade persiste. Nas “Partes do corpo humano”, por exemplo, não figura o termo *ombro*; ele aparece somente como *articulação do ombro* na seção “Articulações; Sistema articular”. No entanto, *joelho*, que também é uma articulação, consta na lista das Partes do corpo humano.

Ainda conforme o Guia para o Leitor, “Muitas vezes a forma completa de um termo exige parte dos nomes das estruturas que antecedem”. O escalonamento e os estilos dos títulos e subtítulos são usados para indicar a relação de um termo para outro. O seguinte exemplo é fornecido:

A13.3.05.001	Nodi lymphoidei membri inferioris/Linfonodos do membro inferior
A13.3.05.011	Nodi poplitei/Linfonodos poplíteos
A13.3.05.013	Nodi profundi/Linfonodos profundos

O uso apenas de *Nodi profundi* é incompleto, sendo o nome completo *Nodi lymphoidei poplitei profundi* e, em Português, *Linfonodos profundos* não é suficiente, sendo o termo *Linfonodos poplíteos profundos*.

Com essa explicação, no caso de *ombro* mencionado anteriormente, pode-se entender que o termo normatizado pela SBA é *articulação do ombro*; portanto *ombro* empregado sozinho estaria incompleto. Outra possibilidade é que tenha havido um lapso por parte dos editores em não incluir esse termo isoladamente nas Partes do corpo humano, como previne o próprio Presidente da CTA na Apresentação da Edição Brasileira: “Apesar dos cuidados e zelo da CTA e da Editora Manole, em exaustivas revisões, alguns erros podem ter escapado. Agradecemos correções e sugestões, para uma próxima edição, que podem ser encaminhadas à CTA da SBA [...]”.

O Guia para o Leitor ainda informa que são fornecidas notas de rodapé para “explicar a escolha do termo ou sua origem, quando for adequado. A FCAT não tentou explicar todos os termos que são de **uso comum**” (grifo nosso). No Prefácio, o então Presidente da FCAT, Ian Whitmore, falando sobre os objetivos de “rever e revisar a terminologia Latina adicionando uma lista de **termos portugueses de uso comum**” (aqui no sentido de termos em português), afirma que “a FCAT procurou evitar modificação desnecessária e adotou **muitas alternativas comumente usadas** a fim de **incluir o modo variável** com o qual a terminologia é **usada** em diferentes países” (grifo nosso). É importante frisar que, na TAI, esse “modo variável” não inclui as variações existentes dentro do português brasileiro; nela só há lugar para variações entre este e o português de Portugal. Tampouco essas “alternativas comuns” são explicitadas.

Na Apresentação da Edição Brasileira, fica claro o caráter oficial da TAI: “Um grande esforço da CTA tornou possível esta tradução que, a partir de agora, torna-se oficial no Brasil e em Portugal”. A lista de termos é apresentada em três colunas: os números de referência, a lista em latim e a tradução para “**o português usado no Brasil**” (grifo nosso). Destacamos esse trecho porque bem se sabe que, quando se fala em uso do português brasileiro, logo se pensa em variação, inclusive terminológica, considerando sobretudo o tamanho do nosso país. Assim, quando lemos “**o português usado no Brasil**”, no singular, a pergunta que nos ocorre é “qual uso do português está servindo de referência?”. A CTA também não aclara essa questão; refere-se apenas à variação entre o português brasileiro e o europeu – “é grande a discrepância ortográfica, prosódica e de terminologia, em inúmeros termos, entre o que é usual no Brasil e em Portugal” –, fato que culminou nesta decisão editorial:

Na impossibilidade de um consenso para adoção de um só termo, resolvemos publicar dois volumes. O segundo terá apenas a lista dos termos usados no Brasil e aqueles de uso corrente em Portugal e será distribuído como brinde, pela Editora Manole, junto com este primeiro volume. Com isto a terminologia terá valor tanto aqui como em Portugal.

Vale a pena também reproduzir aqui outras quatro resoluções tomadas pela CTA, “por consenso, em prolongadas reuniões” – segundo o Presidente da Comissão –, que denotam o caráter normativo da TAI.

1. **Não adotar termos alternativos**, constantes da lista em latim, mas apenas um, para evitar “duas listas oficiais” como vinha ocorrendo dificultando a **uniformização**.
2. Ficar o mais próximo do original em latim, mas adotando o termo na forma adjetiva, e não genitiva, quando este era o de uso corrente e não se distanciando do original, como por exemplo: **A. cerebral posterior** e não **Artéria posterior do cérebro** (*A. cerebri posterior*) e tentar uma coerência e harmonização dos termos nos vários segmentos.
3. Adotar alguns termos que, embora tenham sido enviados à FCAT durante a elaboração da lista, como sugestões da SBA, como sendo **os mais apropriados e justificados**, não tiveram acolhida, pelo menos desta vez. Desta forma uns poucos termos permanecem intocados na lista em latim, mas diferem na tradução.
4. Apresentamos no fim desta publicação uma lista de epônimos que, embora banidos da terminologia anatômica há dezenas de anos, continuam a ser usados pelos clínicos apesar dos esforços da maioria dos anatomistas. Isto facilitará o uso do **termo oficial** evitando-se o epônimo. O uso corrente da terminologia anatômica depende exclusivamente dos professores de anatomia e quando eles mesmos usam uma **terminologia errada**, sem justificativas aceitáveis, não se pode esperar mais de seus alunos e futuros clínicos. A SBA vem tentando, e isto agora é também objetivo da FCAT, há muito tempo, junto às Editoras nacionais, para que as traduções, os livros e os trabalhos originais saiam com a nomenclatura anatômica **universalmente adotada**. [...] (Grifos nossos, com exceção do destaque em negrito do exemplo fornecido no item 2)

Vejam agora uma pequena mostra de como foi a recepção da TAI traduzida para português, por parte de alguns profissionais médicos que, assim como os profissionais de Educação Física, são usuários dessa terminologia.

4. Com a palavra, a classe médica

Em nossa busca por estudos tratando sobre o tema da terminologia anatômica, encontramos alguns textos escritos por médicos sobre a tradução da TAI do latim para o português, e achamos interessante trazer aqui algumas considerações feitas por esses usuários. Percebemos que, em geral, esses profissionais reconhecem a necessidade de uma uniformização, ou padronização, dessa terminologia; no entanto, questionam o fato de a Comissão de Terminologia da SBA ter suprimido alguns termos já consagrados pelo uso em suas áreas de especialidade.

Os ortopedistas Novak, Giostri e Nagai (2008), em seu artigo *Terminologia anatômica em ortopedia*, falam das dificuldades geradas na área médica pela variação na terminologia:

Os termos usados nas publicações da área médica sofrem variação quando se comparam diferentes autores e distintas revistas. A falta de uniformidade compromete a reprodutibilidade das palavras, pois várias correntes são criadas, cada uma seguindo a ideologia que eleger apropriada. Ademais, causa dificuldade ao se fazer uma pesquisa por palavra-chave, tendo em vista que uma mesma estrutura exibe várias grafias. (Novak; Giostri; Nagai, 2008: 103)

Com o argumento de que “a linguagem científica deve ser exata, de modo a evitar equívocos”, os autores preocupam-se também com a “maneira esmerada de redigir um texto”. Sobre isso declaram que

A desculpa, que às vezes ouvimos, de que tanto faz escrever “infra-espinhoso” ou “infra-espinal”, sob a alegação de que de qualquer forma o leitor entenderá, não pode prosperar. Se pensarmos desse modo, o assalto à língua portuguesa estará institucionalizado e não mais será justo corrigir quem escreve exceção com “ss”. (Novak; Giostri; Nagai, 2008: 104.)

Ao mesmo tempo, Novak, Giostri e Nagai (2008) parecem não se sentir representados pela CTA, pois se ressentem de que, aparentemente, nenhum especialista em Ortopedia tenha sido consultado pela comissão, o que resultou na supressão de termos tradicionais na área. Para contribuir com essa discussão e com as futuras revisões da TAI, os autores apresentam um grande quadro que correlaciona alguns termos usualmente empregados em Ortopedia com aqueles preconizados pela TAI. Ainda assim, os

ortopedistas defendem que “o rigor e o respeito à norma são primordiais para a consecução da dita *Padronização Terminológica Anatômica*, muito embora essa ‘unificação’ sofrerá, necessariamente, alterações ao longo dos anos” (Novak; Giostri; Nagai, 2008: 104).

Como se vê, para nós, ortopedistas, soa estranho não constar “articulação trapeziometacarpeana” e, sim, “articulação carpometacarpal do polegar”, como já vem apregoando a literatura norte-americana. Concordamos que, aparentemente, nenhum especialista em ortopedia foi consultado, pois muitos substantivos que são pacíficos no uso corrente foram suprimidos ou se apresentam de modo diverso na nomenclatura oficial. O fato é que, segundo a *Terminologia Anatômica*, essa é a maneira escorreita postulada para se padronizarem os termos, até o presente momento.

Enfim, temos como alternativa simplesmente ignorar essas listas e praticar a ciência da intuição, encontrando, dentro de um mesmo periódico, diferentes artigos citando “tecido subcutâneo”, “tecido celular subcutâneo” e “tela subcutânea” como referência à mesma estrutura. Ou, ainda, criarmos a Terminologia Anatômica Ortopédica Brasileira, que traria mais confusão à mente do médico, além de dificultar ainda mais a indexação de nossas revistas. O racional, logo, seria adotarmos uma única fonte, respeitada no mundo todo, com o objetivo, também, de participarmos das próximas revisões, para que possamos adequá-las à nossa prática.

Evidentemente que leva tempo até que nos acostumemos com novas denominações. Mas é a alternativa viável para acabar com dúvidas cruciais, como a que surge ao escrever “interfalangiana”, “interfalangeana” ou “interfalângico”. (Novak; Giostri; Nagai, 2008: 106.)

Os oftalmologistas Lamy e Dantas (2008: 446) justificam a realização de seu estudo *Nomenclatura anatômica em oftalmologia* pela “elevada freqüência com que os oftalmologistas utilizam termos inadequados para designar as estruturas anatômicas do olho, e as diferenças entre os termos reconhecidos como equivalentes da terminologia anatômica latina, em inglês e na língua portuguesa”. Assim como no estudo anterior, a principal crítica desses autores à TAI é a supressão de termos consagrados na sua especialidade: “lamentamos que a seção de estruturas relacionadas ao olho da lista de termos equivalentes em língua portuguesa tenha sido elaborada, aparentemente sem levar em consideração os termos de uso corrente na literatura oftalmológica nacional” (Lamy; Dantas, 2008: 448).

Os autores também apresentam uma extensa lista de termos usuais na literatura oftalmológica brasileira e propõem que ela seja reconhecida, ao menos provisoriamente, até a nova edição da TAI. Os grifos são nossos:

Considerando a importância dos trabalhos desenvolvidos em língua inglesa na literatura médica da atualidade, parece-nos claro a iminente confusão quando, por exemplo, é aprovado pelo FICAT o uso do termo *endothelium of anterior chamber*, enquanto na língua portuguesa, reconhece-se apenas o termo epitélio posterior da córnea. A confusão fica ainda mais evidente quando um trabalho publicado em língua portuguesa é acompanhado por um resumo em inglês (*abstract*) contendo algum destes termos. Desta forma, propomos uma lista de termos anatômicos oftalmológicos de uso corrente na língua portuguesa (Quadro 1). **Esperamos que esta lista possa servir de referência para comunidade oftalmológica brasileira, permitindo o reconhecimento destes termos, ao menos enquanto se aguarda a aprovação de uma segunda edição da TA.** [...] Estão presentes nesta lista termos já consagrados no meio oftalmológico, como coróide ao invés de corióide, e tivemos o cuidado de não “criar” nenhum termo novo, que não tenha seu correspondente em inglês incluso na lista de termos equivalentes ou na lista de termos descritores. (Lamy; Dantas, 2008: 448.)

O gastroenterologista Joffre M. de Rezende, eminente historiador da Medicina, professor emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás e professor *honoris causa* pela Universidade de Brasília, foi editor de um *site* bastante útil e informativo denominado *Tópicos selecionados de história da medicina e linguagem médica*: artigos, notas e comentários². Grande parte dos textos, todos de sua autoria, trazia, para além de uma mera prescrição, uma discussão consubstanciada sobre o emprego de termos da área médica à luz da etimologia; dos pontos de vista de lexicógrafos e terminógrafos; da tradição de uso; e da TAI. A seguir, selecionamos dois artigos para apreciação.

Em *Terminologia anatômica em língua portuguesa*, Rezende (2004) louva a iniciativa da SBA em “procurar padronizar a nomenclatura anatômica em língua portuguesa para uso no Brasil”. No entanto, avalia que a tradução da TAI

² Infelizmente, o *site* foi retirado do ar, mas os dois textos mencionados ainda se encontram na Web, em outro endereço.

introduziu algumas inovações que, a nosso ver, não condizem com a tradição da medicina brasileira. Além de mudar o nome de algumas estruturas anatômicas, interferiu com a própria língua ao traduzir alguns substantivos e adjetivos de uso corrente no vocabulário médico geral, consagrados pelo uso. (Rezende, 2004)

Mais adiante, o autor oferece uma lista com exemplos de denominações tradicionais ao lado das denominações adotadas pela TAI, seguidas de várias frases também comparativas e com tom jocoso: “de acordo com esta nova terminologia, teríamos de dizer, por exemplo: ‘Esta criança foi operada das tonsilas’, em lugar de ‘Esta criança foi operada das amígdalas.’; [...] ‘O paciente está com dor de orelha’ em lugar de ‘O paciente está com dor de ouvido.’” (Rezende, 2004). E conclui seu artigo com este impactante comentário:

No livro *O Pequeno Príncipe*, de Saint-Exupéry, o pequeno príncipe, dirigindo-se ao rei do asteróide 325, diz: “*Se Vossa Majestade deseja ser prontamente obedecido, poderá dar-me uma ordem razoável.*” A Comissão de Terminologia parece não ter levado em conta este sábio conselho de Saint-Exupéry. (Rezende, 2004)

Em outro texto, intitulado *Digestivo e digestório*, Rezende (2006) mais uma vez questiona a opção da CTA pelo termo *digestório* em vez do termo tradicional *digestivo*. Segundo ele, a escolha talvez tenha sido resultante de tradução literal, que “nem sempre é a mais aconselhável”, ou de analogia com *circulatório* e *respiratório*. Tratando de desfazer o que chamou de confusão a respeito dos usos dos referidos termos em textos publicados na área da Medicina, faz essa interessante análise, que restringe o emprego da TAI ao âmbito da Anatomia e não a toda língua:

Desnecessário dizer que as modificações introduzidas na nomenclatura se referem unicamente a estruturas anatômicas e não se estendem ao idioma em geral. *Digestivo* continua existindo como substantivo e adjetivo, com seu significado preciso, em todos os léxicos e na linguagem oral e escrita, seja leiga ou técnica. Aqueles que desejarem seguir a nomenclatura anatômica oficial da Sociedade Brasileira de Anatomia deverão referir-se ao *Sistema digestório* em vez de *Sistema digestivo* ou *Aparelho digestivo*, porém não estão impedidos de usar *digestivo*, tanto como substantivo como adjetivo em expressões que não dizem respeito à anatomia. Exemplos:

Como substantivo: “receitei-lhe um digestivo”; “este medicamento é um bom digestivo”. Como adjetivo: “a função digestiva da bile...”; “queixas digestivas, sintomas digestivos”; “hemorragia digestiva”; “cirurgia digestiva” [...] (Rezende, 2006)

E novamente conclui com uma brilhante frase:

Acertadamente ou não, *digestório* foi incorporado ao vocabulário médico para substituir *digestivo* na nomenclatura anatômica, mas não na língua portuguesa. A língua não se faz por decreto, portarias, normas ou decisões de uns poucos, por mais ilustres que sejam; ela tem os seus próprios caminhos e, na expressão de Sapir, “move-se ao longo do tempo numa corrente que ela própria constrói.” (Rezende, 2006)

Essa pequena amostra de publicações demonstra que, longe de ter uma aceitação unânime, a versão da TAI em português é alvo de críticas por parte dos profissionais da área médica. Entendemos que isso se deva ao fato de essa terminologia normativa apresentar apenas um equivalente para cada termo em latim; e, pelo relato dos médicos, muitas vezes essa forma não é a consagrada pelo uso.

Para aprofundar essa questão da normatividade da TAI, passamos agora à distinção das noções de normatização e normalização, cruciais para os estudos em Terminologia.

5. Normalização versus normatização terminológica

A teórica clássica da Terminologia, denominada Teoria Geral da Terminologia (TGT), fundada pelo engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977), faz uma divisão clara entre língua comum (lugar das palavras) e “línguas de especialidade” (lugar dos termos). Segundo a TGT, “uma língua de especialidade é composta por uma rede interligada de conceitos especializados” (Zilio, 2011: 120). Nela, a modo de etiqueta, “um termo é uma denominação que se refere, de forma unívoca dentro da área, a um conceito” (Zilio, 2011: 120), sendo ambos considerados entidades autônomas em relação ao sistema da língua. Na ótica do prescritivismo, a TGT postula a *normalização* dos termos de modo a promover a desambiguação da comunicação especializada. No entanto, a noção de normalização de Wüster é hoje mais bem entendida pelos teóricos da corrente variacionista da Terminologia como uma atitude de excessiva

uniformização ou, ainda, uma tentativa de *normativização*, ou seja, de imposição de uma única forma por procedimentos normativos.

Para a Socioterminologia, de acordo com Faulstich (2006: 29),

Um *uso normal* tende a normalizar-se no meio da comunidade que o adota; por sua vez, um *uso normativo* resulta da recomendação de uma "autoridade" que prescreve qual deve ser o "bom uso" da língua e na língua e, comumente, tal recomendação aparece registrada nos documentos prescritivos e normativos. [...] A este último significado cabe mais a expressão *normativização*, que poderia substituir o termo lingüístico *normalização*.

Assim, segundo Faulstich (2006: 29), “o ato de normalizar um termo está mais relacionado ao de padronizar e de uniformizar e, até mesmo, ao de harmonizar do que ao ato de impor uma forma por procedimentos normativos”. Nessa visão, normalizar terminologias significa harmonizar, no espaço sociocultural e lingüístico em que estas são criadas ou estão inseridas, “as diversas manifestações de forma que um conceito apresente, afinal a postura prescritivista e, de certa forma, preconceituosa, nasce da vontade de uma única (pseudo-)autoridade lingüística, ao considerar que um termo é melhor do que outro” (Faulstich, 2006: 27). Em suma, segundo a autora, a normalização terminológica, que é, por natureza, normalização lingüística, “tem de levar em conta a(s) gramática(s) da língua numa relação direta com os usos que fazem dela(s); é, de fato, a língua em funcionamento para os fins de comunicação escrita e oral” (Faulstich, 2006: 31).

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), nas palavras de Cabré (1999a: 71)³, considera que, dentro da diversidade de aplicações da Terminologia, “toda atividade terminológica se justifica socialmente por sua utilidade em relação à solução de problemas relacionados com a informação e a comunicação”. No entanto, estabelece uma distinção basilar entre terminologia *representacional* do conhecimento *in vitro* (consensuado, padronizado) e terminologia *comunicacional natural* do conhecimento *in vivo* (espontâneo, natural) (Cabré, 1999a: 80). Contrariamente à primeira, a terminologia comunicacional natural “deve ser necessariamente real, no sentido de que tem que ser efetivamente, diretamente e fundamentalmente utilizada, e, se é real, apresenta variação” (p. 80). Ademais, metodologicamente, “deve ser necessariamente descritiva; e, somente após a recolha, numa etapa de análise e resolução de problemas, poder-se-á considerar se é ou não adequado intervir para reduzir essa variação” (p. 80).

Almeida e Correia (2013), citando Cabré, afirmam que “o uso de terminologias sistematizadas ou harmonizadas – através da Terminologia – contribui para tornar mais eficaz a comunicação entre especialistas, comunicação essa que se propõe, acima de tudo, a ser concisa, precisa e adequada (CABRÉ, 1996⁴).” Segundo as estudosas,

A vontade de entender o outro e de fazer-se entender [...], sobretudo em situações em que a precisão é mais importante que a expressividade (CABRÉ, 1996), faz com que determinado domínio de especialidade, representado por grupos de especialistas, busque soluções para tornar mais eficaz a comunicação. Num cenário ideal, essas soluções deveriam contar com a atividade do terminólogo, mas nem sempre isso ocorre, pelo menos não no Brasil.

É importante lembrar que qualquer iniciativa de sistematizar ou harmonizar um vocabulário não deve ser artificial ou imposta; ao contrário, deve partir dos próprios especialistas. (Almeida; Correia, 2013)

Com essa breve exposição, percebe-se que os estudiosos da Terminologia Variacionista não só respeitam como valorizam o esforço das comissões de representação de especialistas das diferentes áreas do saber no sentido de buscar uma maior harmonização de suas terminologias, com vistas a uma comunicação mais bem-sucedida. No entanto, em nenhum momento defendem que essa iniciativa de normalização deva partir do profissional terminólogo; tampouco parecem acreditar que o produto terminográfico resultante será integralmente seguido por toda a comunidade de especialistas, sobretudo se oferecer uma única forma eleita como “a mais adequada”, ignorando variantes já tradicionais. Isso porque, diferentemente dos terminólogos adeptos à TGT, as teorias variacionistas concebem a variação

³ As citações de Cabré (1999a) foram traduzidas por nós.

⁴ Almeida e Correia (2013) não mencionam a referência completa de Cabré (2006).

como um fenômeno natural a toda língua e que, portanto, afeta as terminologias, como parte desse sistema. Nessa linha, Faulstich (2001: 22) considera que, ao contrário do que se possa pensar,

normalização e variação funcionam como conjuntos em movimento e em interação. Não são, entre si, entidades antonímicas, mas entidades opositivas transitivas, porque a presença de um termo normalizado no discurso ativa a lembrança da variante correspondente, já que ambas estão vivas na língua.

A seguir, apresentamos resumidamente duas tipologias de variação terminológica, uma de Cabré (1999a) e outra de Faulstich (2006), seguidas de uma classificação de Freixa (2002; 2014) de tipos e causas da variação denominativa.

6. Alguns tipos e causas de variação terminológica

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), segundo Cabré (1999a: 85), apresenta o seguinte “princípio sobre a variação”:

Todo processo de comunicação comporta inerentemente variação, explicitada em formas alternativas de denominação do mesmo conceito (**sinonímia**) ou em abertura significativa de uma mesma forma (**polissemia**). Esse princípio é universal para as unidades terminológicas, ainda que admita diferentes graus segundo as condições de cada tipo de situação comunicativa. O **grau máximo de variação** recai sobre os termos das áreas mais banalizadas do saber e aqueles utilizados no discurso de registro comunicativo de divulgação da ciência e da técnica; o **grau mínimo** de variação é próprio da terminologia normalizada por comissões de especialistas; o **grau intermediário** é representado pela terminologia usada na comunicação natural entre especialistas. (grifos nossos)

Veja-se que os graus de variação apontados por Cabré podem ocorrer dentro de uma mesma área de especialidade. Assim, de acordo com a TCT, o caso da TAI configuraria uma terminologia normalizada por uma comissão de especialistas, com grau mínimo de variação. De fato, a lista de termos em português brasileiro apresenta o único equivalente para cada termo em latim. No entanto, os termos anatómicos ainda podem sofrer maior variação dependendo da situação comunicativa em que forem *efetivamente* empregados pelos falantes da área, tanto no discurso oral como no escrito. Daí depreendemos que a normalização ou mesmo a normatização podem controlar a variação no âmbito dos produtos terminográficos gerados, mas não são capazes de impedir esse fenômeno natural nos *usos* dos termos por seus falantes especialistas.

Cabré (1999b), distingue a variação em dois grandes grupos: **variação dialetal**, determinada por aspectos relacionados ao indivíduo; e **variação funcional**, relacionada à situação de comunicação.

Na variação dialetal, incidem fatores de ordem *espacial* (no nível regional ou internacional), *temporal* (variação devida ao desenvolvimento do conhecimento científico ao longo dos anos) e de dimensão socioprofissional (variação em uma mesma área devida a posicionamentos de escolas de pensamento diferentes ou aos níveis de especialização dos usuários; p. ex., diferença na terminologia usada por especialistas e técnicos).

A variação funcional se dá em dois eixos: horizontal e vertical. A variação no eixo *horizontal* é influenciada pela temática e pela perspectiva sob a qual esta é abordada. As terminologias são classificadas em diferentes disciplinas ou âmbitos temáticos, embora não possam ser delimitadas com precisão. Um mesmo objeto pode ser estudado em diferentes áreas do saber e pode ou não apresentar formas variantes. A questão da perspectiva nas terminologias diz respeito à multidimensionalidade do conhecimento especializado no mundo atual, ou seja, uma unidade terminológica pode pertencer a vários domínios.

A variação no eixo *vertical* diz respeito aos diferentes usos de acordo com o propósito, o grau de formalidade e o nível de especialização da situação comunicativa. O emissor é quase sempre um especialista, mas os destinatários podem variar do especialista ao totalmente leigo. Assim, o discurso varia segundo essa configuração de participantes: “A especialização de um texto não está baseada na temática que esse veicula, mas sim na maneira como a temática é veiculada” (Cabré, 1999b: 170; tradução nossa).

No âmbito da Socioterminologia, Faulstich (2006, p. 30) categoriza, de forma sintética, as variantes terminológicas em concorrentes, coocorrentes e competitivas. Nessa tipologia,

[...] pertencem à categoria das *concorrentes* as variantes formais, que abrangem duas subcategorias, as variantes formais terminológicas lingüísticas e as variantes formais terminológicas de registro; por sua vez, as variantes lingüísticas se subdividem em fonológicas, morfológicas, gráficas, lexicais e sintáticas. As variantes de registro se subdividem em geográficas, discursivas e temporais. Na categoria das *co-ocorrentes*, inserem-se os sinônimos, e na de variantes *competitivas* estão inclusos os empréstimos em relação a formas vernaculares, a um termo híbrido, a um termo decalcado ou mesmo a um outro estrangeirismo propriamente dito. Esta classificação de ordem sistêmica não impossibilita que os tipos apareçam combinados entre si. Assim, por exemplo, um termo pode ser de uso regional e apresentar uma variação no plano fonológico com repercussão na forma gráfica, como macaxeira = macaxeira. (grifos nossos)

Freixa (2002), em sua tese de doutorado de orientação comunicativa, que versa sobre variação terminológica, baseia-se na literatura existente para propor uma nova classificação, mais exaustiva e detalhada, de tipos e causas da existência da **sinonímia** – interpretada por ela como um tipo de **variação denominativa** – nos discursos especializados. Mais tarde, Freixa (2014) revisita suas tipologias, que traduzimos e adaptamos nos Quadros 1 e 2:

Variações gráficas	
1. Termo e forma artificial (símbolo, fórmula ou outra)	<i>cobre / Cu; amoníaco / NH₃; ley de residuos industriales de 1983 / ley 6/1983</i>
2. Termo e abreviação (sigla, abreviatura)	<i>cloro fluorocarbono / CFC; acero inoxidable / acer inox.</i>
3. Alteração ortográfica	<i>espray / spray</i>
Variações morfossintáticas	
1. Mesma estrutura: ausência/presença de artigo alteração de número, preposição ou gênero	<i>gestión de residuos / gestión de los residuos; contaminación del agua / contaminación de las aguas; condiciones del condensador / condiciones en el condensador; máxima absoluta / máximo absoluto</i>
2. Estrutura diferente	<i>residuos mineros / residuos de la minería; producto ecológico / ecoproducto; materia primera / primera materia</i>
Reduções	
1. Reduções da extensão	<i>ciclo de vida / ciclo; ahorro de recursos naturales / ahorro de recursos; filtro de control de contaminación / filtro</i>
2. Reduções da base	<i>plana depuradora / depuradora; gas CFC / CFC; espuma de poliestireno / poliestireno</i>
3. Outras reduções	<i>emisión de compuestos químicos tóxicos / emisión tóxica</i>
Variações lexicais	
1. Unidades monoléxicas	<i>contaminación / polución</i>
2. Unidades poliléxicas: alterações da base alterações da extensão	<i>bien de consumo / producto de consumo; abono químico / fertilizante químico depósito de asentamiento / depósito de decantación; agricultura ecológica / agricultura biológica</i>
Variações complexas diversas (variações lexicais e reduções simultaneamente)	
1. Com parentesco formal: monoléxico / poliléxico poliléxico / poliléxico	<i>alimento / producto alimentario lodo digerido / residuo de digestión</i>
2. Sem parentesco formal: monoléxico / poliléxico poliléxico / poliléxico	<i>vertedero / depósito de residuos pesticida de síntesi / plaguicida químico</i>

Quadro 1 – Classificação formal da variação denominativa de Freixa (2002)

Fonte: Adaptado de Freixa (2002), *apud* Freixa (2014).

Assim como Freixa (2014), neste estudo adotamos a forma geral *variação denominativa* incluindo variantes e sinônimos porque a fronteira entre estes não é nítida na literatura: “as variações lexicais são consideradas exemplos de sinônimos; e as variações ortográficas, de variantes; mas as variações morfológicas e sintáticas ou que combinam variações diversas não encontram lugar na dicotomia.” (Freixa, 2014: 313). Também concordamos com a autora quando observa que “Seja no nível ortográfico ou no lexical, uma mudança na denominação conduz a outra denominação para o mesmo conceito” (Freixa, 2014: 314). Como limitação da sua classificação formal, Freixa (2014: 321-322) aponta que ela

se restringe a *pares* denominativos, apesar de reconhecer a existência de grupos denominativos formados por cinco ou mais denominações para um mesmo conceito.

TIPOS	SUBTIPOS
1. Causas prévias (inerentes às terminologias enquanto constitutivas das línguas naturais)	A redundância linguística A arbitrariedade do signo linguístico As possibilidades de variação da língua
2. Causas dialetais (externas: vários falantes utilizam denominações diferentes ⇒ <i>heterovariação</i>)	Variação geográfica Variação cronológica Variação social
3. Causas funcionais (internas: um mesmo falante utiliza diferentes denominações conforme o contexto ⇒ <i>autovariação</i>)	Adequação ao nível de língua Adequação ao nível de especialização
4. Causas discursivas (de estilo: a maneira de escrever, a qualidade retórica)	Evitar a repetição Economia linguística Criatividade, ênfase e expressividade
5. Causas interlinguísticas	Convivência do termo “local” com o empréstimo Diversidade de propostas alternativas para evitar o empréstimo
6. Causas cognitivas	Imprecisão conceitual Distanciamento ideológico Diferenças na conceitualização

Quadro 2 – Classificação das causas da variação denominativa de Freixa (2002)

Fonte: Adaptado de Freixa (2002), *apud* Freixa (2014).

Freixa (2014) revisa as *causas cognitivas* e defende que elas não podem ser consideradas linearmente às causas dialetais, funcionais ou interlinguísticas. As causas cognitivas operam em um nível superior, dado que o conceito é suscetível de ser abordado de maneiras diferentes, ou seja, é variável. Assim, “a variabilidade do conceito não é uma causa de variação e sim uma premissa de partida” (Freixa, 2014: 326).

Analisando superficialmente a tipologia de causas de Freixa (2002), entendemos que tanto as causas prévias como as causas cognitivas e as demais, mais específicas, podem aplicar-se à variação de qualquer palavra do léxico comum. Isso reforça o princípio de que os termos são signos linguísticos, portanto, suscetíveis a toda gama de fenômenos que ocorrem na língua natural.

Apesar de reconhecermos a importância da investigação das *causas* da variação nas terminologias, carecemos de meios para empreender essa análise no presente estudo. Quanto aos *tipos* de variação denominativa, é nossa intenção fazer essa classificação nas unidades terminológicas variantes que ocorrerem em nosso protótipo de glossário do Treinamento de Força, já mencionado. No presente estudo, portanto, restringimo-nos a analisar os termos anatômicos encontrados nos artigos científicos de Educação Física em comparação com os termos normatizados pela TAI, registrando a frequência de ambos no Google Acadêmico. É o que passamos a apresentar na sequência.

7. Os usos da terminologia anatômica no campo da educação física

Nesta seção, listamos os termos anatômicos encontrados nos oito artigos científicos de Educação Física selecionados. Três dos artigos estão publicados na *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* (Qualis A2); dois na *Motriz: Revista de Educação Física (UNESP)* (Qualis A2); e três na *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano* (Qualis B1). A seleção dos textos foi feita mediante uma busca pela palavra *músculo* nas páginas de busca desses periódicos, e todos os artigos têm data posterior à publicação da TAI (2001). Mais precisamente, datam de 2008 a 2012.

Primeiramente, listamos, em colunas, os termos encontrados em que não houve variação em relação à TAI. Posteriormente, no Quadro 3, listamos os termos variantes extraídos, logo abaixo dos termos normatizados da TAI, todos seguidos do seu número de ocorrências em publicações no Google Acadêmico. Informações detalhadas são fornecidas em cada subseção a seguir.

Passemos, então, aos dados encontrados. Ao final da descrição, fazemos uma breve análise das ocorrências.

7.1 Termos sem variação

Aqui listamos os termos que não apresentaram variação em comparação com a TAI. Eles estão classificados e ordenados em conformidade com a TAI: a ordem dos termos segue naturalmente a anatomia de cada sistema. O subtotal de termos em cada grupo foi registrado entre parênteses para facilitar a análise posterior.

Anatomia Geral, Termos gerais (23)

<i>sagital</i>	<i>anterior</i>	<i>médio</i>	<i>distal</i>
<i>direito</i>	<i>posterior</i>	<i>transverso</i>	<i>tibial</i>
<i>esquerdo</i>	<i>dorsal</i>	<i>axial</i>	<i>plantar</i>
<i>intermédio</i>	<i>frontal</i>	<i>externo</i>	<i>flexor</i>
<i>medial</i>	<i>superior</i>	<i>interno</i>	<i>extensor</i>
<i>lateral</i>	<i>inferior</i>	<i>proximal</i>	

Partes do corpo humano (14)

<i>orelha</i>	<i>braço</i>	<i>coxa</i>
<i>tronco</i>	<i>cotovelo</i>	<i>joelho</i>
<i>tórax</i>	<i>antebraço</i>	<i>perna</i>
<i>pelve</i>	<i>membro(s) inferior(es)</i>	<i>pé</i>
<i>dorso</i>	<i>quadril</i>	

Planos, linhas e regiões (4)

<i>plano frontal</i>	<i>plano sagital</i>	<i>região dorsal</i>	<i>região lombar</i>
----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

Ossos; Sistema esquelético (20)

<i>processo</i>	<i>ulna</i>
<i>epicôndilo</i>	<i>olécrano</i>
<i>vértebra</i>	<i>espinha íliaca ântero-superior</i>
<i>processo espinhoso</i>	<i>pelve</i>
<i>caixa torácica</i>	<i>fêmur</i>
<i>escápula</i>	<i>epicôndilo lateral do fêmur</i>
<i>acrômio</i>	<i>tíbia</i>
<i>úmero</i>	<i>maléolo medial</i>
<i>epicôndilo lateral do úmero</i>	<i>maléolo lateral</i>
<i>rádio</i>	<i>calcâneo</i>

Articulações; Sistema articular (5)

<i>articulação</i>	<i>adução</i>	<i>flexão</i>	<i>extensão</i>	<i>disco intervertebral</i>
--------------------	---------------	---------------	-----------------	-----------------------------

Músculos; Sistema muscular (27)

<i>ventre</i>	<i>m. deltóide</i>	<i>m. vasto lateral</i>
<i>inserção</i>	<i>m. redondo menor</i>	<i>m. vasto medial</i>
<i>m. flexor</i>	<i>m. subescapular</i>	<i>m. bíceps femoral</i>
<i>m. extensor</i>	<i>m. bíceps braquial</i>	<i>m. tibial anterior</i>
<i>tendão</i>	<i>m. braquial</i>	<i>m. extensor longo dos dedos</i>
<i>aponeurose</i>	<i>m. tríceps braquial</i>	<i>m. tríceps sural</i>
<i>m. trapézio</i>	<i>m. glúteo máximo</i>	<i>m. sóleo</i>
<i>m. peitoral maior</i>	<i>m. quadríceps femoral</i>	<i>m. plantar</i>
<i>m. serrátil anterior</i>	<i>m. vasto intermédio</i>	

Órgãos dos sentidos (1)

<i>lóbulo da orelha</i>

7.2 Termos com variação

No Quadro 3, os termos também estão classificados e ordenados de acordo com a TAI. Para facilitar a análise posterior, informamos entre parênteses, ao lado da classificação, a soma do número de termos variantes em relação ao termo de referência da TAI. Na primeira coluna, os termos em **negrito** são os normatizados pela TAI; abaixo destes, registramos a(s) variante(s) encontrada(s) nos oito artigos científicos de Educação Física, identificados na segunda coluna com as abreviaturas A1 a A8. A última coluna traz o número de ocorrências desses termos, resultante de uma busca feita no Google Acadêmico no dia 26/08/2013, com os seguintes parâmetros: ano de publicação de 2003 a 2013; páginas em português; sem patentes nem citações.

Sabemos das limitações do Google Acadêmico como ferramenta de busca neste caso específico, uma vez que não é possível delimitar a área temática dos textos nem o país de publicação. Não obstante, nosso objetivo não é empreender uma análise minuciosa e exaustiva da terminologia anatômica, e sim fazer uma primeira exploração do uso desses termos em textos acadêmicos no período após a publicação da TAI.

A primeira observação que fazemos é que, quanto mais genérico é o termo (p. ex., *punho*, *abdome*, *tornozelo*, *linha média*, *umbigo*), menos preciso é o resultado, considerando que ele pode ser empregado em diversas áreas que não a Anatomia e a Saúde. Já os termos mais especializados, como os que designam ossos e os músculos, são mais “autorrestritivos”, portanto as ocorrências de variação denominativa encontradas parecem limitar-se mais à área da Saúde. É o caso, por exemplo, de *manúbrio do esterno* / *manúbrio esternal*; *reto do abdome* / *reto abdominal*; entre outros.

Por vezes, um termo utilizado em um ou mais dos oito artigos de Educação Física não correspondeu, como variante, a nenhum termo normatizado na TAI. Ou seja, sabemos que eles designam estruturas do corpo humano, portanto são termos anatômicos nessa comunicação especializada; no entanto, não identificamos na TAI um termo normatizado correspondente. Nesses casos, no lugar do quadro destinado ao termo “oficial”, inserimos a informação “(?) termo normatizado não identificado”; logo abaixo, são apresentados os termos encontrados nos artigos.

Para os músculos que, no Quadro 3, iniciam com a abreviatura (m.) ou (mm.) entre parênteses, a busca no Google Acadêmico foi feita **sem** a palavra músculo(s). Por exemplo, o nodo de busca para *músculo latíssimo do dorso* foi “*latíssimo do dorso*”. Naqueles em que a palavra músculo encontra-se no interior do termo e está abreviada no quadro como (m.) entre parênteses, a busca foi feita **com** e **sem** a palavra músculo, e as ocorrências foram somadas. Por exemplo, em *parte descendente do (m.) trapézio*, a busca foi feita como “*parte descendente do músculo trapézio*” e “*parte descendente do trapézio*”, cada uma com uma (01) ocorrência encontrada.

Termos	Artigos científicos analisados	Frequência no Google Acadêmico
Partes do corpo humano (5)		
<i>carpo</i>		2.880
<i>punho</i>	A1, A2	14.500
<i>cíngulo do membro superior</i>		34
<i>cintura escapular</i>	A1	2.110
<i>abdome</i>		11.300
<i>abdôme</i>	A5	76
<i>membro superior</i>		6.410
<i>extremidade superior</i>	A1	3.120
<i>tarso</i>		08
<i>tornozelo</i>	A5, A7, A8	225
Planos, linhas e regiões (7)		
<i>linha mediana</i>		1.800
<i>linha média</i>	A5, A8	6.720
<i>planos transversos</i>		386
<i>plano transversal</i>	A5	990
(?) termo normatizado não identificado		
<i>região ântero-inferior do abdôme</i>	A5	01
<i>regiões cervicais</i>		151 pl. + 5.020 sing.

<i>da cervical</i>	A2	469
(?) termos normatizados não identificados		
<i>região anterior do tronco</i>	A5	44
<i>região posterior do tronco</i>	A5	78
umbigo; região umbilical		6.950; 278
<i>cicatriz umbilical</i>	A5	1.470
Ossos; Sistema esquelético (9)		
(?) termo normatizado não identificado		
<i>coluna lombar</i>	A2; A5	3.900
vértebra cervical C VII		2
<i>vértebra cervical C7</i>	A2	94
vértebras lombares L I - L V⁵		2
<i>vértebras lombares L1 - L5</i>	A2	230
manúbrio do esterno		100
<i>manúbrio esternal</i>	A1	161
cavidade glenoidal		68
<i>cavidade glenóidea</i>	A1	31
cabeça do úmero		406
<i>cabeça uneral</i>	A1	282
processo estilóide do rádio		158
<i>processo acromial do rádio</i>	A6	3
trocânter maior		
<i>trocânter maior</i>	A2	
margem anterior da tíbia		21
<i>face anterior da tíbia</i>	A4	54
Articulações; Sistema articular (5)		
rotação medial		570
<i>rotação interna</i>	A1	1.660
ligamentos interespinais		4
<i>ligamentos intervertebrais</i>	A2	26
articulação do ombro		941
<i>do ombro</i>	A1, A5, A6	5.709
<i>complexo articular do ombro</i>	A1	98
articulação sacroilíaca		213
<i>articulação sacro-iliaca</i>	A5	153
Músculos; Sistema muscular (28)		
m. quadríceps		824
<i>grupo quadríceps</i>	A4	26
parte descendente do (m.) trapézio		2
<i>porção superior do (m.) trapézio</i>	A1	19
<i>fibras superiores do (m.) trapézio</i>	A1	49
(?) termo normatizado não identificado		
<i>porção anterior do (m.) trapézio</i>	A1	4
parte ascendente do (m.) trapézio		1
<i>fibras inferiores do (m.) trapézio</i>	A1	12
(m.) latíssimo do dorso		91
<i>(m.) longuíssimo do dorso</i>	A2	9
(m.) levantador da escápula		85
<i>(m.) elevador da escápula</i>	A1	163
(m.) eretor da espinha		147
<i>(mm.) paraespinhais</i>	A2	100
(m.) iliocostal do lombo		4
<i>(m.) iliocostal lombar</i>	A5	61
mm. multífidos		47
<i>mm. multífidos</i>	A2	12
<i>m. multífido</i>	A5	50
aponeurose toracolombar		12
<i>fáscia toracolombar</i>	A2, A5	72
parte clavicular do (m.) peitoral maior		1
<i>porção clavicular do (m.) peitoral maior</i>	A1	16
(m.) reto do abdome		229
<i>(m.) reto abdominal</i>	A5	975

⁵ Aqui, cada vértebra lombar foi buscada no Google Acadêmico isoladamente: p. ex., vértebra lombar L I, em romano, e vértebra lombar L1, em arábico; L II e L2; e assim sucessivamente. As ocorrências foram somadas.

(m.) oblíquo externo do abdome		53
(m.) oblíquo externo ⁶	A5	333
(m.) oblíquo interno do abdome		40
(m.) oblíquo interno	A5	268
(m.) transverso do abdome		175
(m.) transverso abdominal	A5	220
cabeça longa do (m.) bíceps braquial		83
porção longa do (m.) bíceps braquial	A1	27
parte clavicular do (m.) deltóide		2
fibras anteriores do (m.) deltóide	A1	7
porção anterior do (m.) deltóide	A1	24
parte espinal do (m.) deltóide		3
fibras posteriores do (m.) deltóide	A1	9
(m.) infraespinal		77
(m.) infra-espinhoso	A1	135
(m.) reto femoral		711
(m.) reto da coxa	A6	86
cabeça longa do (m.) bíceps femoral		23
porção longa do (m.) bíceps femoral	A4	14
cabeça lateral do (m.) gastrocnêmio		32
(m.) gastrocnêmio lateral	A4, A8	119
porção lateral do (m.) gastrocnêmio	A4	9
cabeça medial do (m.) gastrocnêmio		77
(m.) gastrocnêmio medial	A8	228
(mm.) gastrocnêmios	A3	329

Quadro 3 – Termos anatómicos variantes no *corpus* de Educação Física em comparação com a TAI

Analisando os termos invariantes (nas listas da seção 7.1) e os variantes (no Quadro 3), observamos o que segue:

- a) O único termo em que a TAI apresenta duas formas opcionais é *umbigo; região umbilical*.
- b) Somente os termos gerais da **Anatomia Geral** e aquele que designa **órgão do sentido** (*lóbulo da orelha*) não apresentaram variação denominativa.
- c) Nos termos que designam **partes do corpo humano**, foram encontrados 14 invariantes e cinco variantes do termo normatizado. Destes cinco, três (*punho, cintura escapular e tornozelo*) apresentaram frequência maior que a dos termos recomendados.
- d) Nos termos que designam **planos, linhas e regiões**, o número de variantes da norma foi um pouco maior (7) comparado ao de invariantes (4). Desses sete, três (*linha média, plano transversal e da cervical*) foram mais frequentes que os termos normatizados; um foi menos frequente que o termo recomendado; e de três não foi possível fazer a comparação porque não foram identificados na TAI os termos correspondentes.
- e) Nos termos do **sistema esquelético**, 20 não variaram e nove variaram. Desses nove, em quatro (*vértebra cervical C7, vértebras lombares L1 - L5, manúbrio esternal e face anterior da tíbia*) a frequência foi maior do que a dos termos normatizados; em três a frequência foi menor; uma variante (*trocâter*) não foi diferenciada quantitativamente do termo normatizado (*trocater*) no Google Acadêmico; e um não foi possível comparar porque não foi identificado um correspondente na TAI.
- f) No **sistema articular**, o número de invariantes foi igual ao de variantes (5). Dentre as variantes, em três (*rotação interna, ligamentos intervertebrais e do ombro*) a frequência foi maior e em duas menor que a dos termos normatizados.
- g) No **sistema muscular**, 27 termos não variaram da norma e 28 variaram. Dentre os variantes, em 19 (*porção superior do (m.) trapézio, fibras superiores do (m.) trapézio, fibras inferiores do (m.) trapézio, (m.) elevador da escápula, (m.), iliocostal lombar, entre outros*) a frequência foi maior e em oito menor que a dos termos normatizados; e um não foi possível comparar porque não foi identificado um correspondente na TAI.
- h) Finalmente, nos **oito artigos de Educação Física analisados**, as estruturas que apresentaram mais variantes da TAI foram os **músculos** e depois os ossos.

⁶ Do total de ocorrências da variante *oblíquo externo*, diminuímos as 53 ocorrências do termo oficial, mais completo: *oblíquo externo do abdome*. Fizemos o mesmo com o total da variante *oblíquo interno*: diminuímos as ocorrências do termo completo *oblíquo interno do abdome*.

8. Considerações finais

Este trabalho não teve a intenção de desmerecer a preocupação e o esforço da SBA de tentar uniformizar a terminologia anatômica buscando uma melhor comunicação na área da Saúde. No entanto, evidencia-se, nos depoimentos constantes em trabalhos publicados na área médica, que a versão da TAI em português, apesar de ter valor normativo, não tem aceitação unânime pelos médicos. Procurando entender os motivos de ordem linguística para esse fato, verificamos que a Comissão de Terminologia da SBA adotou explicitamente o critério de apresentar apenas um equivalente para cada termo em latim; e, pelo relato dos médicos, muitas vezes a forma escolhida não foi a consagrada pelo uso.

Na área acadêmica de Educação Física, foco deste estudo, comprovamos que existe significativa variação no uso da terminologia anatômica. Nos oito artigos analisados, a variação foi maior no emprego de termos que designam músculos. Não encontramos depoimentos publicados de profissionais dessa área a respeito da TAI, tampouco era nosso propósito investigar os motivos específicos dessa variação. No entanto, encontramos nas palavras simples e contundentes de Faulstich (2001: 20) o que acreditamos ser as causas subjacentes a qualquer tipo de variação terminológica: “variação e terminologia não se confrontam na abordagem atual. Pelo contrário, defendemos que a terminologia é passível de variação porque faz parte da língua, porque é heterogênea por natureza, e porque é de uso social”.

Diante dessa evidente variação, não há como ficar indiferente. Assim, entendemos que, ao terminógrafo que se dedica à descrição e ao tratamento dos fatos terminológicos, que são em si fatos de língua, não cabe julgar as variantes terminológicas recorrentes como mais adequadas ou menos adequadas: esse é o papel da própria comunidade de falantes da área. Uma vez aceitas por uma parte expressiva dessa comunidade, o que deve ser comprovado pela frequência do seu emprego nos *corpora*, ele deve registrá-las no repertório, ou “tesouro”, terminográfico daquele campo do saber. Diferentes procedimentos metodológicos, entre si complementares, já foram propostos e aplicados com sucesso para o tratamento e o registro das variantes; dentre eles destacamos os trabalhos de Almeida (2000) e Silva e Teixeira (2011).

Este estudo exploratório serviu como uma primeira aproximação à terminologia anatômica em uso em artigos científicos de Educação Física. Conforme mencionamos, essa terminologia, principalmente a dos músculos, deverá integrar um glossário bilíngue monodirecional (português-inglês) da subárea de Treinamento de Força para tradutores. Um protótipo desse glossário está sendo oferecido no bojo de nossa dissertação de mestrado.

Como limitação do estudo, destacamos o pequeno tamanho do *corpus* de análise. Ainda que seja representativo do uso dos termos anatômicos em artigos científicos em português brasileiro na área da Educação Física, ele serviu apenas para apontar tendências desse uso especializado e “dar o tom” do que pode ser encontrado em artigos científicos no âmbito do Treinamento de Força, como subárea da Educação Física. Para um estudo mais aprofundado desses usos nessa subárea, no entanto, seria necessário ampliar o *corpus*.

Referências

- [A1] Brum, Daniel Pereira Cardoso de *et al.* Avaliação eletromiográfica de músculos da cintura escapular e braço durante a realização de exercícios com extremidade fixa e carga axial. *Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 14, n. 5, p. 466-471, set./out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922008000500013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- [A2] Kawano, Marcio Massao *et al.* Comparação da fadiga eletromiográfica dos músculos paraespinhais e da cinemática angular da coluna entre indivíduos com e sem dor lombar. *Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 14, n. 3, p. 209-214, maio/jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922008000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2014.

[A3] Carmo, Everton Crivoi do *et al.* O papel do esteróide anabolizante sobre a hipertrofia e força muscular em treinamentos de resistência aeróbia e de força. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 17 n.3, maio/jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922011000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2014.

[A4] Fraga, Carina Helena Wasem; Silva, Sarah Regina Dias; Gonçalves, Mauro. Efeito da velocidade de corrida em variáveis eletromiográficas e metabólicas. *Motriz. Revista de Educação Física. UNESP*, Rio Claro, v. 15, n. 4, p. 911-918, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2930/2690>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

[A5] Marques, Nise Ribeiro; Hallal, Camilla Zamfolini; Gonçalves, Mauro. Padrão de co-ativação dos músculos do tronco durante exercícios com haste oscilatória. *Motriz. Revista de Educação Física. UNESP*, Rio Claro, v. 18, n. 2, p. 245-252, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/4232/pdf_155>. Acesso em: 18 ago. 2014.

[A6] Radaelli, Regis *et al.* Espessura e qualidade musculares medidas a partir de ultrassonografia: influência de diferentes locais de mensuração. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 87-93, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-00372011000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2014.

[A7] Correa, Cleiton Silva *et al.* Análise da força isométrica máxima e do sinal de EMG em exercícios para os membros inferiores. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, Florianópolis, v. 13, n. 6, p. 429-435, nov./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-00372011000600004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2014.

[A8] Martins, Natália Santos da Fonseca; Peixinho, Carolina Carneiro; Oliveira, Liliam Fernandes de. Confiabilidade de medidas de arquitetura muscular do tríceps sural por ultrassonografia de imagem. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 212-220, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-00372012000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Almeida, Gladis Maria de Barcellos. Fazer Terminologia é fazer Linguística. In: Perna, C. L.; Delgado, H. K.; Finatto, M. J. B. (Orgs.) *Linguagens especializadas em corpora: modos de dizer e interfaces de pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 72-90. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/linguagensespecializadasemcorpora.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. *Teoria comunicativa da terminologia (TCT): uma aplicação*. 2000. 2v. 290f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, SP.

Almeida, Gladis Maria de Barcellos; CORREIA, Margarita. GTLEX - Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. *Terminologia*. Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/terminologia/terminologia.asp>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Cabré, María Teresa. Elementos para una teoría de la terminología: hacia un paradigma alternativo. In: _____. *La terminología: representación y comunicación; elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: IULA/Universitat Pompeu Fabra, 1999a, p. 69-92.

_____. El discurs especialitzat o la variació funcional determinada per la temàtica: noves perspectives. In: _____ *La terminología: representación y comunicación; elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: IULA/Universitat Pompeu Fabra, 1999b, p. 151-173.

Faulstich, Enilde. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. *TradTerm*, v. 7, p. 11-40, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49140>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 27-31, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a12v58n2.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Freixa, Judit. *La variació terminològica: anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient*. 2002. 397 f. Tese (Doutorado) – Universitat de Barcelona, Barcelona. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/handle/10803/1677>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. La variación denominativa en terminología: tipos y causas. In: Isquierdo, A. N.; Dal Corno, G. O. M. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, vol. VII. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014. p. 311-329.

Krieger, Maria da Graça; Finatto, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria & prática*. São Paulo: Contexto, 2004. 224 p.

Lamy, Ricardo; Dantas, Adalmir Morterá. Nomenclatura anatômica em oftalmologia. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*. São Paulo, v. 71, n. 3, p. 446-458, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abo/v71n3/a29v71n3.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Novak, Eduardo Murilo; Giostri, Giana Silveira; Nagai, Alencar. Terminologia Anatômica em Ortopedia. *Revista Brasileira de Ortopedia*. v. 43, n. 4, p. 103-107, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbort/v43n4/a01v43n4.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Rezende, Joffre M. de. *Terminologia anatômica em língua portuguesa*. Texto datado de 2004. Disponível em: <<http://www.jmrezende.com.br/traducao.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. *Digestivo e digestório*. Texto datado de 03 mar 2006. Disponível em: <<http://www.jmrezende.com.br/digestorio.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Silva e Teixeira, Rosana de Barros. *Termos de (onco) mastologia: uma abordagem mediada por corpus*. 2011. 365 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12478>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Sociedade Brasileira de Anatomia. Disponível em: <<http://www.sbanatomia.org.br/index.php>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

[TAI] Sociedade Brasileira de Anatomia (SBA). Federative Committee on Anatomical Terminology (FCAT) / Comissão Federativa da Terminologia Anatômica (CFTA). *Terminologia anatômica: Terminologia anatômica internacional*. 1ª ed. (brasileira). São Paulo: Manole, 2001.

Zilio, Leonardo. Termo e valor linguístico: uma abordagem ensaística. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 42, p. 119-128, jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/26016>>. Acesso em: 18 ago. 2014.